

## Carta Social e do Trabalho

ISSN 1980-5144

**INSTITUTO DE ECONOMIA DA UNICAMP**  
**Diretor**

*Fernando Sarti*

**Direção Executiva do CESIT**

*Anselmo Luis dos Santos*

*Denis Maracci Gimenez*

**Conselho Editorial**

*Carlos Alonso Barbosa de Oliveira*

*Carlos Salas Paez*

*Christoph Scherrer*

*Clemente Ganz Lúcio*

*Fernando Sarti*

*Frank Hoffer*

*José Carlos de Souza Braga*

*José Dari Krein*

*Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo*

*Marcelo Weishaupt Proni*

*Márcio Pochmann*

*Paulo Eduardo de Andrade Baltar*

**Edição e Coordenação de Pareceristas**

*Denis Maracci Gimenez*

*Anselmo Luis dos Santos*

**Membros do CESIT**

*Adriana Nunes*

*Alessandro Cesar Ortuso*

*Alexandre Gori Maia*

*Amilton José Moretto*

*Anselmo Luis dos Santos*

*Carlos Alonso Barbosa de Oliveira*

*Carlos Salas Paez*

*Daniel de Mattos Hofling*

*Denis Maracci Gimenez*

*Eugênia Troncoso Leone*

*Geraldo Di Giovanni*

*Hugo Magalhães Dias*

*Jana Silverman*

*José Dari Krein*

*José Ricardo Barbosa Gonçalves*

*Magda Barros Biavaski*

*Marcelo Weishaupt Proni*

*Márcio Pochmann*

*Marco Antônio de Oliveira (licenciado)*

*Maria Alejandra Caporale Madi*

*Maria Alice Pestana de Aguiar Remy*

*Paulo Eduardo de Andrade Baltar*

*Sônia Tomazini (licenciada)*

*Vitor Araújo Filgueiras*

*Waldir José de Quadros*

*Walter Barelli*

*Wilnês Henrique (licenciada)*

**Apoio Administrativo**

*Helena Coloma Medeiros*

**Projeto Visual e Editoração Eletrônica**

*Célia Maria Passarelli*

**CESIT – Instituto de Economia da Unicamp**

Cidade Universitária Zeferino Vaz

Caixa Postal 6135 – CEP 13083-970

Campinas – SP – Telefone: 55 19 3521-5720

E-mail: [cesit@eco.unicamp.br](mailto:cesit@eco.unicamp.br)

[www.eco.unicamp.br/cesit](http://www.eco.unicamp.br/cesit)

**TEMA:**  
**A CRISE ESTRUTURAL  
DA EUROPA**

### SUMÁRIO

#### APRESENTAÇÃO

*Denis Maracci Gimenez*

*Anselmo Luis dos Santos* ..... 1

#### ARTIGO

*A Europa e sua Divergência Estrutural*

*Licio da Costa Raimundo* ..... 2

## APRESENTAÇÃO

*Denis Maracci Gimenez*  
*Anselmo Luis dos Santos*  
(Editores)

Retomamos neste número 26 da *Carta Social e do Trabalho* o tema da crise europeia com o artigo “A Europa e sua divergência estrutural” do professor Lício da Costa Raimundo. Conforme tratado pelo professor Lício em “As Raízes Históricas da Crise Europeia”, publicado no número 15 desta *Carta*, as tendências de ampliação das desigualdades econômicas e sociais na Europa do Tratado de Maastricht são radicais. No presente trabalho, agora publicado, o professor desenvolve sua reflexão oferecendo mais elementos para um diagnóstico sobre o desenvolvimento europeu nos últimos vinte anos e sobre a profundidade e o caráter estrutural da crise que se abate no momento presente sobre a Europa.

Com base contribuição seminal de Husson, “*Economie Politique du Systeme – Euro*”, o artigo trata de oferecer uma compreensão dos fatores que conduziram a Europa à crise que ora se apresenta. Para tanto, faz-se uma apresentação do objetivo central declarado no Tratado de Maastricht (a convergência das estruturas econômicas e sociais da Europa) e o resultado concreto obtido após 20 anos do Tratado. Conclui-se que esses 20 anos assistiram à divergência daquelas estruturas, em vez de sua convergência. Oferece-se, como conclusão, uma interpretação do porquê de tal trajetória divergente.

As reflexões do professor Lício Raimundo interessam a todos aqueles que procuram compreender melhor a inserção da Europa na ordem econômica do século XXI, a crise que o bloco enfrenta, assim como seus desdobramentos sobre o mundo do trabalho e a questão social no bloco.

## A EUROPA E SUA DIVERGÊNCIA ESTRUTURAL

Licio da Costa Raimundo <sup>1</sup>

Em 2013 completou-se 20 anos do Tratado de Maastricht. No cenário atual, europeus ressabiados certamente sairão às ruas, mas não necessariamente para comemorar. A crise na Europa aprofunda-se e em 2014 assiste-se a mais um capítulo do drama que já se estende por mais de cinco anos.

Mapear as raízes da crise faz-se condição imprescindível para que se encontrem possíveis caminhos para sua solução. Fazê-lo requer, necessariamente, identificar os conflitos dos diversos *projetos de poder* que se instalaram na Europa nas últimas décadas. Além disso, seria necessário investigar o que é a Europa hoje, do ponto de vista das convergências e divergências construídas nesses 20 anos. Esse artigo propõe-se a fazer tal investigação.

Partindo da assinatura do Tratado de Maastricht, *resultado* de um processo histórico<sup>2</sup>, investiga-se a construção de uma Europa que pouco guarda de seu projeto original do pós-guerra, no qual solidariedade social, crescimento e desenvolvimento andavam juntos, em um *projeto de poder* soberano em relação às forças do mercado e às potências da Guerra Fria. Em vez de tal *démarche*, o que se assistiu no velho continente foi a construção de um espaço social composto por um grupo de países cada vez mais desiguais do ponto de vista estrutural.

### 1. O projeto de União Europeia

O ano de 1992 inaugurou um novo capítulo na história da Europa. Com o Tratado de Maastricht, celebrado naquele ano, anunciavam-se *urbi et orbi* as bases da construção de uma nova potência mundial: a Europa unida e forte, a qual pertenceriam o maior PIB e um dos maiores mercados mundiais, uma elevada capacidade de desenvolvimento tecnológico, uma população que contaria com elevados padrões de educação e acesso a bens e serviços, além de um sistema de financiamento autônomo, calcado na livre mobilidade de capitais.

Acima de tudo, a Europa do século XXI seria uma região que mais uma vez ensinaria à humanidade que é possível unir os povos em torno de objetivos pacíficos e que a razão pode sim superar as desavenças do passado em nome de um futuro promissor. A Europa conformaria não apenas a filosofia do futuro, mas seria também um espaço social no qual a *política do entendimento* se sobreporia às demais formas conflituosas de exercício do poder.

Para garantir tal futuro seria imprescindível garantir que um *processo de convergência*, sobretudo econômica, fosse iniciado. Os marcos de tal processo seriam estabelecidos no Tratado e

---

<sup>1</sup> Professor de Economia Política da FACAMP – Faculdades de Campinas.

<sup>2</sup> Tal processo foi tratado em artigo publicado no número 15 da *Carta Social e do Trabalho*. Ver Raimundo (2011).

teriam seus polos na política fiscal, na política de homogeneização da infraestrutura econômica e das estruturas jurídica, na moeda única.

Na política fiscal, os pontos principais eram os tetos para o déficit público (3% do PIB) e da dívida pública (60% do PIB). A estrutura jurídica seria paulatinamente alterada para incluir direitos e garantias que abrangessem cada vez mais todos os países-membros da União Europeia. As transferências de recursos intra países-membros garantiria a maior homogeneização entre as infraestruturas econômicas<sup>3</sup> destes. Por fim, a moeda única garantiria automaticamente a fixação da mesma taxa de câmbio nominal entre aqueles países da União que fossem admitidos inicialmente como passíveis de partilhar tal experiência.

Na medida em que os *mecanismos de convergência* fossem atuando, os países da União Europeia ganhariam maior homogeneidade econômica e social e, dessa forma, cada vez mais membros seriam aceitos no clube que inicialmente partilharia a moeda única.

### ***A convergência da produtividade, dos custos do trabalho, da inflação e das taxas de câmbio reais***

Um dos mecanismos-chave que garantiria tal convergência era a livre mobilidade de capitais. Os *efeitos corretivos* exercidos por tais fluxos seriam não apenas benignos para o conjunto de países europeus, como também proporcionariam uma aceleração na convergência de fatores vitais para o sucesso da experiência europeia. Os capitais desimpedidos, ávidos por explorar ganhos de arbitragem, iriam migrar para as regiões onde o Custo Unitário do Trabalho (CUT)<sup>4</sup> fosse mais baixo, promovendo um movimento de elevação da produtividade do trabalho e da produtividade total dos fatores.

Produzir em regiões de mais baixo salário por hora e mais tênues custos sociais relacionados ao trabalho traria dois efeitos simultâneos nas regiões menos desenvolvidas: atrair o capital e pressionar salários para cima. Além disso, o acelerado desenvolvimento industrial que se seguiria promoveria uma *natural* maior organização do trabalho e do mercado de trabalho, fenômeno que contribuiria para uma ampliação dos benefícios sociais em um movimento que traria, por fim, uma *convergência dos custos trabalhistas e das estruturas de proteção ao emprego em toda a região*.

Tal mecanismo de convergência seria o mais eficiente possível, na medida em que a mão invisível do mercado o conduzisse, proporcionando, no longo prazo, o maior nível de bem-estar possível, dadas as condições da produtividade total dos fatores de produção.

---

<sup>3</sup> Infraestrutura econômica compreende, sobretudo, estruturas físicas ou institucionais diretamente relacionadas à energia (oriunda de combustíveis fósseis – petróleo, GLP – ou não – biocombustíveis, hidráulica, eólica, à biomassa, nuclear), transporte (portos, aeroportos, estradas, ferrovias).

<sup>4</sup> O Custo Unitário do Trabalho representa o custo salarial por unidade do produto. No custo salarial estão incluídos não apenas os salários diretos, mas também todos os custos trabalhistas direta ou indiretamente relacionados à manutenção da força de trabalho de um país ou região.

Outro fenômeno esperado e também produzido pela livre mobilidade não apenas de capitais, mas também de mão-de-obra, seria a *convergência inflacionária* em toda a região do Euro.

A pressão exercida no mercado de trabalho pela livre mobilidade de mão-de-obra e livre mobilidade dos demais fatores de produção faria convergirem as taxas de inflação. Tal fenômeno faria com que a taxa de câmbio real entre os vários países componentes do Euro também convergisse. Dessa forma, os diversos países poderiam se concentrar em suas áreas de especialização. Os *ganhos de especialização* provenientes seriam apropriados por toda a sociedade, nos moldes da mais pura teoria ricardiana das vantagens comparativas.

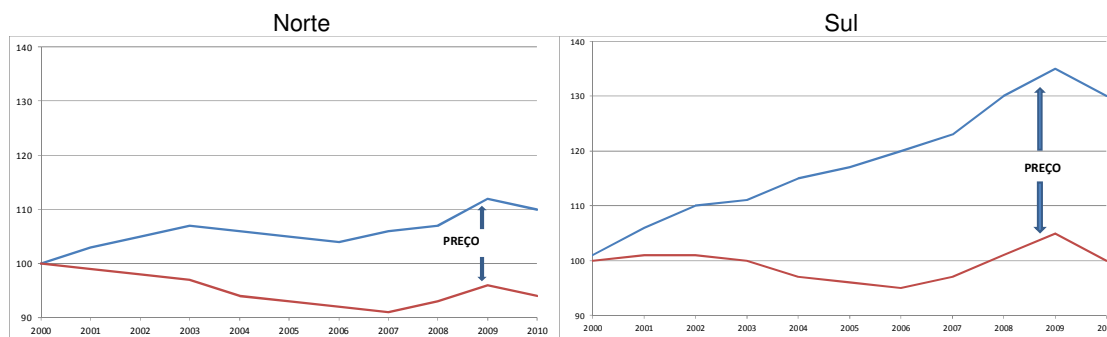
Em suma, a Europa veria crescerem e se multiplicarem os ganhos de produtividade promovidos, em última instância, pela livre mobilidade dos fatores de produção.

## 2 Os dois polos do Euro

O que se observou, no entanto, não foi uma crescente convergência econômica e social dos países europeus. Pelo contrário, o que se pôde constatar foi o crescimento de uma *profunda divergência* entre os países-membros da Europa unida. Tal divergência minou o projeto de poder europeu manifesto no Tratado de Maastricht e eclodiu na presente crise, cujos desdobramentos são ainda incertos, mas que já deixa cada vez mais claro que o projeto inicial naufragou em seu intento de construir uma zona monetária ótima, que fosse capaz de distribuir ganhos de produtividade e avançar como *paradigma político* do Século XXI.

Particularmente, de acordo com a segmentação sugerida por Husson (2012), produziram-se dois conjuntos de países: o bloco dos países do norte, formado por Alemanha, Áustria, Holanda, Bélgica e Finlândia e o bloco dos países do sul, composto por Itália, Espanha, Grécia, Irlanda e Portugal. Cada vez mais marcante entre os dois blocos foram as divergências de suas trajetórias inflacionárias.

Gráfico 1



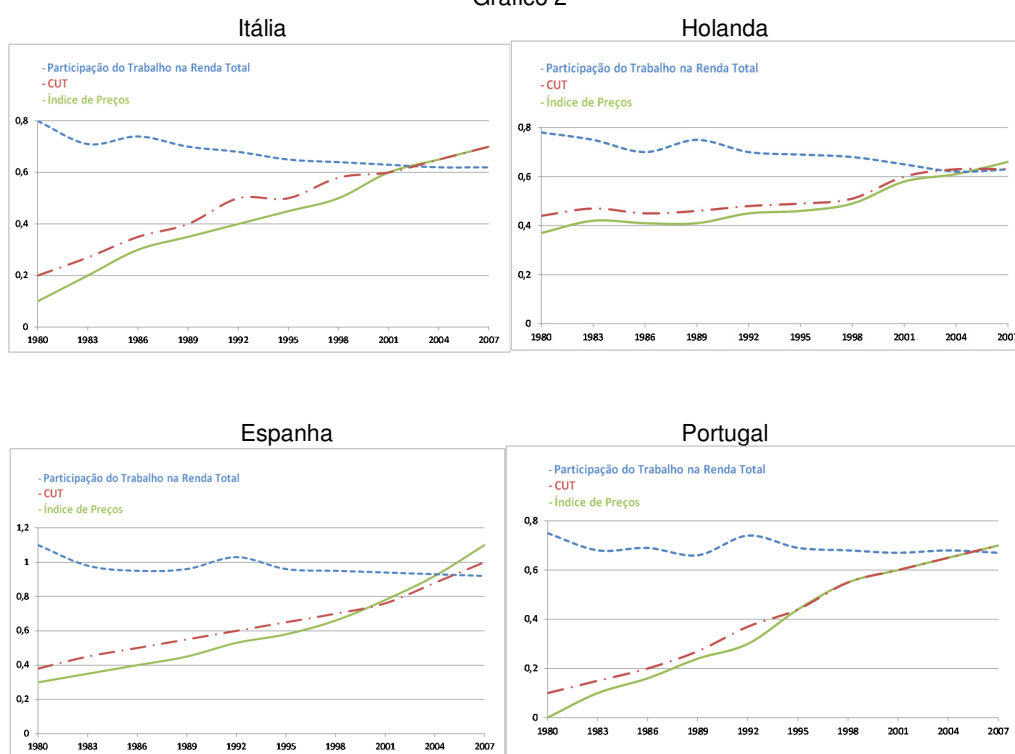
Fonte: Husson (2012).

Ao sul, como mostra o Gráfico 1, a inflação acumulou uma divergência importante em relação ao norte. Tal divergência tem, usualmente, três explicações conhecidas: o processo de ultrapassagem das economias menos desenvolvidas, o conflito distributivo, em geral mais acentuado nas economias de mais baixo desenvolvimento e a pressão exercida por sindicatos fortes por aumentos do salário real acima dos ganhos de produtividade<sup>5</sup>.

Economias menos desenvolvidas têm, em geral, uma manifestação inflacionária mais aguda que economias maduras quando crescem de forma acelerada. Isso se dá por força da carência das fontes de oferta interna e as dificuldades estruturais de ampliação do acesso a fontes externas de bens e serviços, relacionadas por exemplo à carência de cambiais.

O conflito distributivo de fato mostra-se historicamente mais acentuado em países menos desenvolvidos, sendo os mecanismos distributivos de renda, sobretudo fiscais, menos robustos que em países de maior grau de desenvolvimento econômico e social.

Gráfico 2



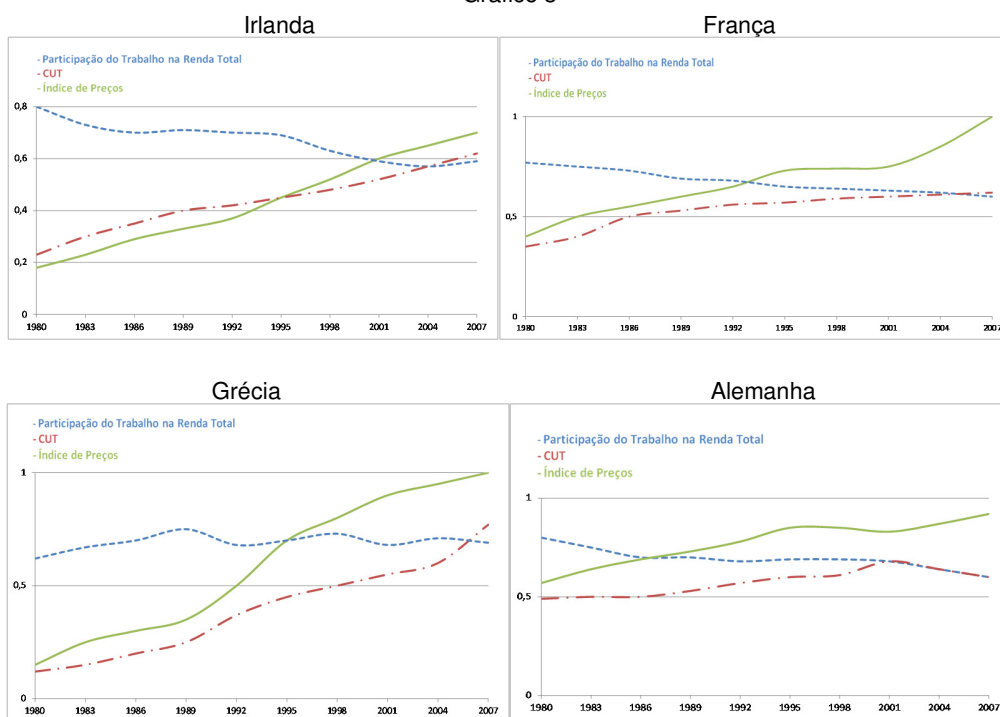
Fonte: EuroStat.

<sup>5</sup> Ver Husson (2012).

Tais fatores explicativos, porém, não parecem dar conta de toda a divergência das trajetórias de inflação observadas na Europa ao longo do período de vigência da moeda única. A terceira explicação, relativa à capacidade ampliada de barganha salarial dos trabalhadores, não parece plausível. A hipótese de mercados de trabalho aquecidos e de pressões por elevação dos salários reais acima dos ganhos de produtividade só se sustentaria em um contexto diferente do atual, no qual os sindicatos ressentem-se de cada vez menor número de membros ativos.

De fato, ao observarem-se o comportamento do CUT em diferentes países europeus durante o período analisado (gráficos 2-A e 2-B), constata-se a estabilidade do CUT real, que inclusive cai em determinados países, como na Alemanha, por exemplo.

Gráfico 3



Fonte: EuroStat.

Em nenhum dos países membros do Euro observa-se um crescimento do CUT real. O máximo conseguido pelas forças sociais que lutam pelo salário foi a manutenção do crescimento do CUT nominal em linha com as taxas de inflação. Também o gráfico 1 permite observar que o CUT real não cresce em nenhuma dos dois blocos, norte e sul, ao passo que a *divergência inflacionária* promove sistematicamente um afastamento dos CUTs nominais entre os blocos.

### 3 O papel da livre mobilidade de capitais

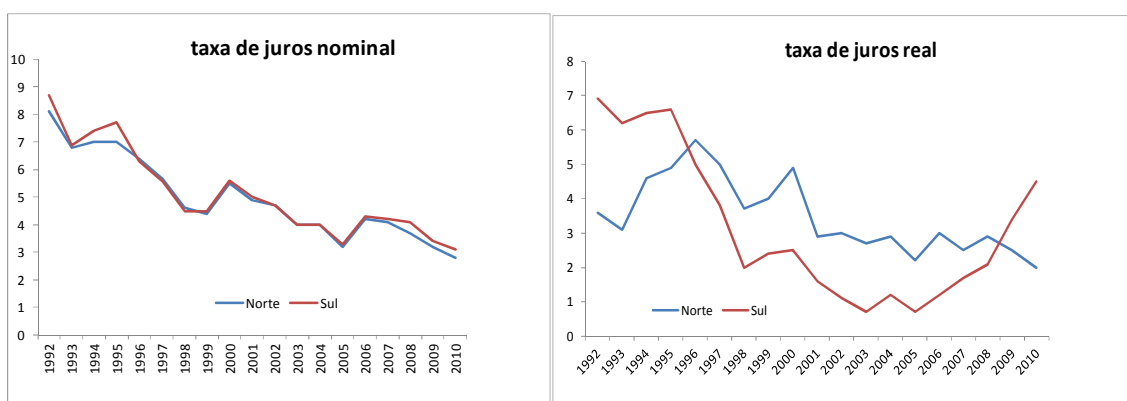
A livre mobilidade de capitais, elemento-chave no desenho original de Maastricht, é, na nossa hipótese, o principal arquiteto do processo de divergência europeia.

Entre 2000, ano em que a moeda única passa a circular como meio de troca, e 2010, uma das principais formas de ingresso de capitais nos países membros do Euro foi a de investimentos de portfólio.

Do ponto de vista dos gestores de massas de ativos concentradas nos grandes fundos de pensão e nos grandes fundos de investimento, além dos grandes bancos, a unificação monetária eliminou o risco cambial percebido antes da entrada em vigor do Euro. *Simplesmente seria possível emprestar a países como Grécia, Portugal e Irlanda sem o risco de desvalorização da moeda local.* Tal fenômeno aguçou a tendência à diminuição dos spreads de risco, redução das taxas de juros nominais e atração de investimentos de portfólio para as regiões que antes ofereciam elevado risco cambial.

Não bastasse, ao exibirem taxas de inflação mais elevadas, *os países do bloco do sul passaram a contar com taxas de juros reais mais baixas internamente que os países do bloco do norte.* Tal fenômeno fez com que países outrora considerados de maior risco de crédito contassem com taxas de juros reais mais baixas que os países de maior *credit rating* da zona do Euro, como a própria Alemanha, por exemplo.

Gráfico 4



Fonte: Husson (2012).

Também as taxas de câmbio reais passaram a divergir na medida em que as trajetórias de inflação foram se distanciando entre os países componentes dos dois blocos. *A taxa de câmbio real dos países do sul foi se tornando cada vez mais valorizada e relação aos países do norte, o que*

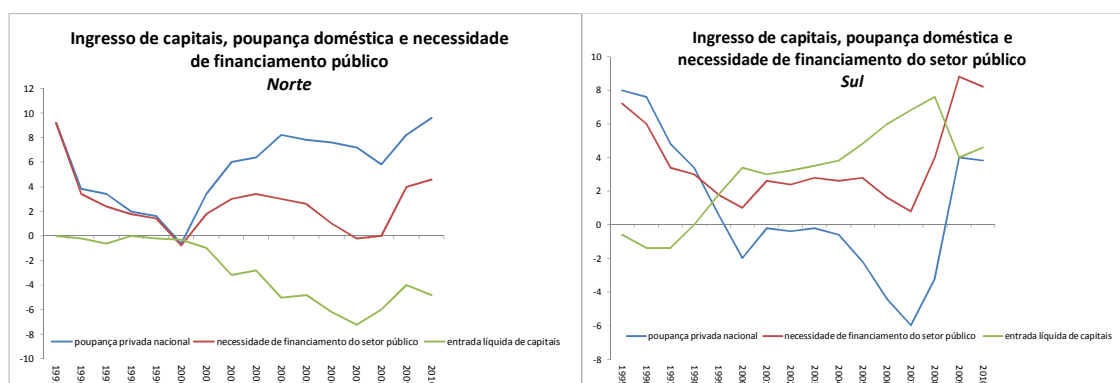


gerou um mecanismo de ampliação persistente de importações e dificuldade crescente para as exportações dos países do sul.

As conformações industriais, nesse contexto de taxas de câmbio reais divergentes, foram se deteriorando nos países do sul. Como se já não fosse suficiente concorrer com o mesmo câmbio nominal com países como a Alemanha, a valorização do câmbio real contribuiu para dizimar o que restava não apenas das indústrias portuguesa, grega e irlandesa, mas também colocou em uma situação delicada as indústrias espanhola e italiana.

Na ausência de uma zona monetária de câmbio nominal fixo, os crescentes déficits correntes dos países do sul conduziram a uma pressão de desvalorização do câmbio e à restauração das condições de competitividade de seus produtores domésticos no espaço internacional, o que contribuiria para uma redução dos desequilíbrios. Em um contexto de moeda única, porém, os desequilíbrios da balança de transações correntes foram sendo absorvidos sem pressões sobre o câmbio. *Decisiva para a postergação de tais desequilíbrios foi a entrada de capitais de portfólio, financiando o déficit em transações correntes.*

Gráfico 5



Fonte: Husson (2012).

Somando-se à ausência de pressões sobre a taxa de câmbio, deve considerar a *inexistência de pressões políticas que desmontassem o acúmulo de desequilíbrios*. O fator crucial para a estabilidade política em um contexto de perda de densidade industrial e consequente precarização da estrutura de empregos e salários foi a possibilidade de permanente elevação do nível de endividamento de famílias e bancos, sobretudo. *Compensando a estagnação do salário real, o endividamento alastrou-se nas economias do sul*, gerando um boom na produção de bens *non tradeables*, principalmente no setor imobiliário.

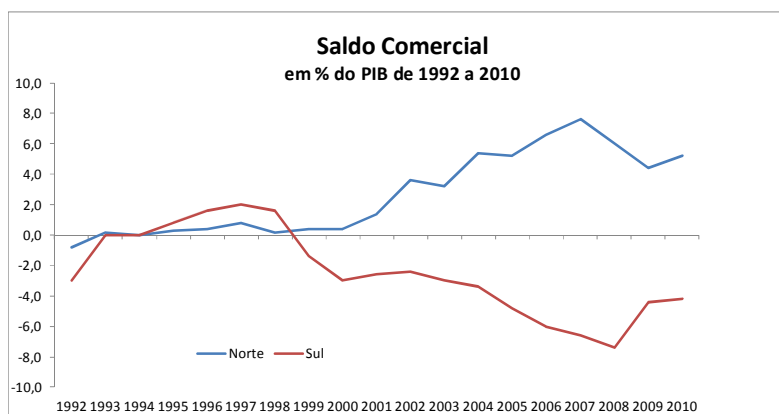
Tabela 1  
Exposição dos bancos nos PIIGS (em euros)

Itália	1.4 trilhão
Bancos franceses	511 bi
Bancos alemães	189 bi
Bancos britânicos	78 bi
Bancos americanos	53 bi
Espanha	1.1 trilhão
Bancos alemães	237 bi
Bancos franceses	219 bi
Bancos holandeses	119 bi
Irlanda	867 bilhões
Bancos ingleses	187 bi
Bancos alemães	183 bi
Bancos franceses	60 bi
Bancos americanos	58 bi
Portugal	285 bilhões
Bancos espanhóis	86 bi
Bancos alemães	47 bi
Bancos franceses	44 bi

Fonte: Elaboração própria com dados de EuroStat.

Tal crescente endividamento viabilizou, também, a aquisição continuada dos bens de consumo produzidos nas economias do norte. Nestas, o desequilíbrio do sul manifestou-se às avessas. Crescente saldo positivo em conta corrente e conseqüente acúmulo de reservas, crescente participação do comércio exterior na composição do PIB, crescente acúmulo de haveres externos.

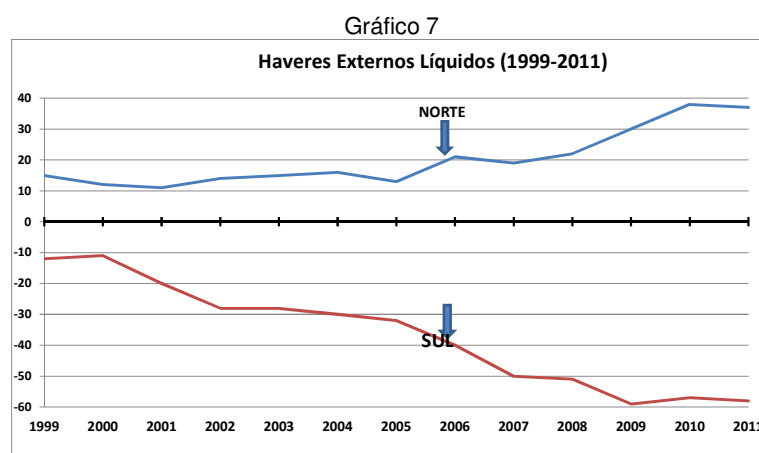
Gráfico 6



Fonte: Elaboração própria a partir de Husson (2012).

*A política monetária operada pelo Banco Central Europeu mostrou-se uma aliada do mecanismo perverso de aprofundamento dos desequilíbrios europeus. A definição de uma mesma*

taxa de juros média para toda a zona do Euro apresentou-se como insuficiente para combater as taxas de inflação mais elevadas dos países do sul e mais que suficiente para as inflações nos países de baixa inflação, do norte. A política monetária do BCE, dessa forma, reforçou os desequilíbrios entre as regiões, gerando, inclusive, pressões deflacionárias no bloco do norte.



Fonte: Husson (2012).

## Conclusão

O ingresso de capitais especulativos foi o fator-chave que viabilizou o acúmulo de desequilíbrios externos e internos entre os blocos sul e norte da Europa. No lugar do papel ordenador a ser jogado pela livre mobilidade de capitais, o que se vê na Europa, hoje, são os resultados nefastos que tal livre mobilidade provocou.

No lugar dos benefícios dos ganhos generalizados de produtividade, regressividade produtiva. Em vez dos ganhos de especialização esperados, economias fragilizadas pela valorização cambial de longa duração.

Duas Europas foram criadas. A do sul, incapaz de reagir frente à crise por absoluta falta de mecanismos internos que permitam algum grau de proteção frente à paralisação de seu mecanismo propulsor, desenvolvido na última década: o crescente endividamento das famílias e seus efeitos sobre o setor imobiliário. A do norte, paralisada frente ao fracasso de seu projeto liberal.

Para a Europa restam dois futuros: aguardar pelas transformações políticas profundas que a crise poderá trazer ou restaurar as condições sociais e econômicas originais do projeto liberal de integração europeia de Maastricht, reordenando as condições para um novo ciclo de endividamento e renovando as condições para uma nova crise, talvez de maiores proporções, mais a frente.

## Bibliografia

AGLIETTA, M. *Zone Euro, éclatement ou federation*. Paris: Michalon Éditions, 2012.

\_\_\_\_\_. The European Vortex. *New Left Review*, n. 75, May/Jun. 2012.

BASTASIN, C. *Saving Europe*, how national politics nearly destroyed the Euro. Washington, DC.: Brookings Institution Press, 2012.

HABERMAS, J. *La Constitution de L'Europe*. Paris: Éditions Gallimard, 2012.

HUSSON, M. Economie Politique du "Systeme –Euro". In: *Al'encontre La Breche*. 2012. Disponível em: <http://alencontre.org/wp-content/uploads/2012/07/Economie-de-leuro.pdf>.

RAIMUNDO, L. C. As raízes históricas da crise europeia. *Carta Social e do Trabalho*, Campinas, Cesit, IE/Unicamp, n. 15, jul./set. 2011.